

BRASFRIGO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2023

BRASFRIGO S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido negativo

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores e Cotistas da  
Brasfrigo S.A.  
Belo Horizonte - MG

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Brasfrigo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasfrigo S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

#### Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

A Companhia apresentou relevante prejuízo no último exercício aumentando o grau de endividamento, e patrimônio líquido negativo de R\$ 12.941 mil, em 31 de dezembro de 2023. A Administração da Companhia está desenvolvendo ações para a superação das atuais dificuldades operacionais. Dessa forma, o equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade normal de suas operações dependerão do sucesso do estudo de rentabilidade futura. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando.

#### Ausência de revisão da vida útil

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha registrado na rubrica "Imobilizado" o valor de R\$ 29.328 mil, conforme Nota Explicativa nº 10, referente a bens destinados à sua atividade operacional. Entretanto a Administração não avaliou a vida útil econômica estimada de cada componente, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e não realizou os procedimentos pertinentes aos testes de recuperabilidade (impairment). Desta forma, em que pese termos conseguido validar as principais adições e baixas do período auditado, verificando a documentação suporte e correta contabilização, torna-se inviável aplicar procedimentos alternativos para formar e emitir opinião, como de fato não estamos emitindo, sobre os saldos do ativo imobilizado, das despesas de depreciação e da depreciação acumulada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 20 de junho de 2024.

# BRASFRIGO S.A.

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido negativo			
	Nota explicativa	2023	2022		Nota explicativa	2023	2022
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	272	319	Fornecedores	11	1.448	1.367
Contas a receber de clientes	5	5.836	6.582	Arrendamento - Direito de uso	12	2.729	2.320
Estoques		378	231	Obrigações tributárias	13	514	884
Tributos a recuperar	6	150	210	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	14	2.294	2.208
Outros ativos circulantes	7	314	3.333	Outros passivos circulantes		2.297	2.109
		<u>6.950</u>	<u>10.675</u>			<u>9.282</u>	<u>8.888</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Partes relacionadas	8	-	5.291	Arrendamento - Direito de uso	12	1.663	1.422
Depósitos judiciais	16	380	769	Obrigações tributárias	13	1.051	1.058
Outros ativos não circulantes	7	3.100	-	Partes relacionadas	8	9.422	11.743
		<u>3.480</u>	<u>6.060</u>	Provisão para perda de investimentos	15	24.838	16.431
Propriedades para investimentos	9	2.427	2.427	Contingências	16	8.931	8.244
Imobilizado	10	29.328	28.866			<u>45.905</u>	<u>38.898</u>
Intangível		61	83				
		<u>31.816</u>	<u>31.376</u>	<b>Patrimônio líquido negativo</b>			
				Capital social	17.1	205.547	205.547
				Prejuízos acumulados		(218.488)	(205.222)
						<u>(12.941)</u>	<u>325</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>42.246</u></u>	<u><u>48.111</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>42.246</u></u>	<u><u>48.111</u></u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

# BRASFRIGO S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Receitas dos serviços prestados	18	52.906	62.629
Custo dos serviços prestados	19	(42.228)	(44.438)
Lucro bruto		10.678	18.191
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	20	(15.588)	(18.406)
Despesas tributárias		(600)	(650)
Equivalência patrimonial		(8.406)	(1.030)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	21	1.024	3.600
		(23.570)	(16.486)
(Prejuízo)/Lucro operacional antes das receitas financeiras, líquidas		(12.892)	1.705
Receitas/(despesas) financeiras, líquidas			
Receitas financeiras	22	37	129
Despesas financeiras	22	(411)	(231)
		(374)	(102)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(13.266)	1.603
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda		-	(541)
Contribuição social		-	(94)
		-	(635)
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício		(13.266)	968
Resultado por ação - R\$		(64,54)	4,71

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

- -

## BRASFRIGO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2023	2022
(Prejuízo) / Lucro Líquido do exercício	(13.266)	968
Total de resultado abrangente do exercício	(13.266)	968

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

## BRASFRIGO S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	(Prejuízos)/lucros líquidos acumulados	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	205.547	(206.190)	200	(443)	
Reversão de adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(200)	(200)	
Lucro líquido do exercício	-	968	-	968	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	205.547	(205.222)	-	325	-
Lucro líquido do exercício	-	(13.266)	-	(13.266)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	205.547	(218.488)	-	(12.941)	-

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

# BRASFRIGO S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(13.266)	968
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	4.453	4.045
Baixa líquida do ativo imobilizado	1.035	114
Resultado de equivalência patrimonial	8.407	1.030
Reversão de Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(22)	(1.526)
(Reversão)/constituição de provisão para contingências	687	266
	<u>1.294</u>	<u>4.897</u>
Redução líquida nos ativos		
Contas a receber de clientes	768	4.617
Estoques	(147)	(145)
Tributos a recuperar	60	642
Outros ativos	(81)	(3.141)
Depósitos judiciais	389	(147)
	<u>989</u>	<u>1.826</u>
Redução líquida nos passivos		
Fornecedores	81	(2.367)
Obrigações tributárias	(377)	101
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	86	104
Outros passivos	188	1.138
	<u>(22)</u>	<u>(1.024)</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>2.261</u>	<u>5.699</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens para o imobilizado e intangível	(1.730)	(3.198)
Investimentos	-	2
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(1.730)</u>	<u>(3.196)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas, líquidas	2.970	(742)
Juros sobre arrendamento - direito de uso	124	102
Pagamento de arrendamento por direito de uso	(3.672)	(2.398)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(578)</u>	<u>(3.038)</u>
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	<u>(47)</u>	<u>(535)</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	319	854
Caixa e equivalentes no final do exercício	272	319
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	<u>(47)</u>	<u>(535)</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

Fundada em 1975, a Brasfrigo S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tendo como objetivo exercer atividades vinculadas ao terminal de containers e serviços correlatos, bem como armazenagem e movimentação de carga própria e/ou de terceiros, participar do capital de outras sociedades, importação e exportação de alimentos de qualquer natureza, inclusive bebidas com teor alcoólico ou não e Exercer as atividades de armazém geral nos termos do Decreto nº 1102, de 21 de novembro de 1903.

A Companhia conta com duas unidades de câmaras frias destinadas à prestação de serviços de armazenagem de congelados e supercongelados nas cidades e Itajaí/SC e Uberlândia/MG.

## 2. Bases de preparação

### a. Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, as normas dos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia em 20 de junho de 2024.

### b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

### c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia por se tratar do principal ambiente econômico em que atua. Todas as informações financeiras apresentadas foram expressas em Reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, num período não superior a um ano.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

As aplicações financeiras, quando escrituradas contabilmente, são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

### 3.2. Contas a receber de clientes e provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base na análise dos riscos de realização, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização, conforme os valores demonstrados na Nota Explicativa nº 5.

### 3.3. Investimentos

Os investimentos nas empresas "Center Trading Indústria e Comércio S.A." e "São Mateus Agropecuária S.A." em 31 de dezembro de 2023 estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis das empresas investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da investidora, e, quando necessários, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com aquelas praticadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da investidora, a Administração determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos existentes. A companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, reconhecendo o montante na demonstração do resultado da investidora.

### 3.4. Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada inicialmente pelo custo. O custo inclui as despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição da propriedade para investimento. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

### 3.5. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável (impairment), se houver. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear que leva em consideração a vida útil-econômica desses bens, estimada como segue:

- Computadores e Periféricos: 3 anos;
- Instalações: 5 anos;
- Veículos: 5 anos;
- Máquinas e equipamentos: 10 anos;
- Edificações: 25 anos;
- Moveis e Utensílios: 10 anos.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício.

### 3.6. Intangível

São representados por gastos no desenvolvimento e implantação de sistemas, direito de uso de softwares e marcas e patentes.

Os ativos incorpóreos, adquiridos separadamente, são mensurados ao custo de aquisição no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e/ou perdas acumuladas do valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil de um ativo intangível é avaliada periodicamente, sendo amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico.

### 3.7. Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

### 3.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### 3.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa esperado, a taxa de juros implícita. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de receitas financeiras no resultado.

### 3.10. Subvenção governamental

Uma subvenção governamental somente é reconhecida nas demonstrações financeiras quando existe segurança suficiente de que a Companhia irá cumprir todos os compromissos assumidos. São registradas pelo seu valor justo, sendo reconhecidas na demonstração do resultado pelo regime de competência de exercícios.

### 3.11. Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados;

- Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

### 3.12. Operações descontinuadas

Uma operação descontinuada é um componente do negócio da Companhia que representa uma importante linha de negócio individual ou área geográfica de operações que foi alienada ou está mantida para venda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado e dos fluxos de caixa é reapresentada como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do exercício comparativo.

### 3.13. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

A Companhia calcula o Imposto de Renda e a Contribuição Social de acordo com a legislação vigente.

Os ativos fiscais diferidos, decorrentes de prejuízos fiscais, da base negativa da contribuição social e de diferenças temporárias, são constituídos na medida em que seja provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que estes sejam realizados. A recuperação do saldo de Imposto de Renda diferido é revisada no final de cada período de relatório.

### 3.14. Receitas financeiras e despesas financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

### 3.15. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando ela transfere o direito ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Caixa e equivalente de caixa, Contas a receber de clientes e outros créditos.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras e partes relacionadas e outras contas a pagar.

### 3.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

#### a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros

A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros.

Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Empresa. A Empresa efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais.

b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “políticas contábeis materiais”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Empresa, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

c) Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro

i. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação.

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais da Empresa.

ii.Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two*

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organisation for Economic Co-operation and Development* - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do *Pillar Two*.

As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre as potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do *Pillar Two*.

O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two*, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023.

As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo *Pillar Two*. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do *Pillar Two*.

A Administração determinou que a Empresa não está dentro do escopo das *Pillar Two Model Rules* da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos.

d) Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros;

As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores.

Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis da Empresa.

### 3.17 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Empresa, a saber:

- a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025.

Atualmente, a Empresa está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Empresa avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos dos caixas e equivalentes de caixa estão representados pelos valores de realização, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial:

	2023	2022
Bancos conta movimento	271	233
Aplicação financeira	1	86
Total	<u>272</u>	<u>319</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

## 5. Contas a receber de clientes

Estão apresentados com a seguinte composição:

	2023	2022
Contas a receber	6.025	6.793
(-) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa	(189)	(211)
Total	<u>5.836</u>	<u>6.582</u>

A provisão para devedores duvidosos foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

## Classificação por vencimentos

	2023	2022
A vencer	5.471	5.071
Vencidos até 30 dias	136	1.460
Vencidos entre 31 a 120 dias	203	33
Vencidos entre 121 e 180 dias	26	18
Vencidos entre 181 e 360 dias	185	211
Vencidos acima de 361 dias	4	-
	<u>6.025</u>	<u>6.793</u>

## Movimentação da provisão para devedores duvidosos no ano:

	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(1.737)
(-) Reversão de Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.128
Constituição de Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(602)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>(211)</u>
(-) Reversão de Provisão para créditos de liquidação duvidosa	234
Constituição de Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(212)
(=) Saldo atual - 31 de dezembro de 2023	<u>(189)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

## 6. Tributos a recuperar

Os saldos registrados referem-se a impostos a recuperar do ano corrente e de exercícios passados, cuja realização esperada pela Administração ocorrerá em até 5 anos, levando em consideração os períodos de apuração de cada imposto:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
IRPJ a recuperar	82	147
CSLL a recuperar	34	43
FGTS a recuperar	9	9
IRRF a compensar	-	7
Outros impostos a recuperar	<u>25</u>	<u>4</u>
Total	<u><u>150</u></u>	<u><u>210</u></u>

O saldo de impostos a recuperar está apontado pelo valor nominal na data de encerramento do exercício.

## 7. Outros ativos circulantes e não circulantes

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Outros valores e bens (a)	3.100	3.100
Seguro patrimonial	236	83
Adiantamento a fornecedores	48	47
Outros ativos	<u>30</u>	<u>103</u>
Total	<u><u>3.414</u></u>	<u><u>3.333</u></u>
Circulante	314	3.333
Não circulante	3.100	-

(a) Valor a receber referente a venda da Fazenda Indaía.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

## 8. Partes relacionadas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<u>Ativo</u>		
Comercial Mineira S.A.	-	5.141
Acionistas pessoas física	-	150
Total	<u>-</u>	<u>5.291</u>
<u>Passivo</u>		
Comercial Mineira S.A.	6.071	1.577
Holding Outro Preto Ltda.	1.295	1.295
Acionistas pessoas física	574	574
Algodões Empreendimentos Turísticos Ltda.	200	200
Marketing Delivery Ltda.	-	8.097
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	1.282	-
Total	<u>9.422</u>	<u>11.743</u>

## 9. Propriedade para investimento e Investimentos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imóveis para renda - Propriedade para investimento	<u>2.427</u>	<u>2.427</u>
Total	<u>2.427</u>	<u>2.427</u>

## BRASFRIGO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

## 10. Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Imobilizações em andamento	Arrendamento Direito de uso	Outras imobilizações	Total
Custo ou avaliação								
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.510	6.402	9.023	2.359	3.979	3.378	576	27.227
Aquisição	-	-	49	717	2.194	2.644	174	5.778
Depreciação	-	(540)	(744)	(268)	-	(2.296)	(177)	(4.025)
Baixa líquida	-	-	-	(98)	(15)	-	(1)	(114)
Transferências	-	175	4.884	25	(5.084)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.510	6.037	13.212	2.735	1.074	3.726	572	28.866
Custo total	1.510	10.679	37.930	6.723	1.074	11.134	1.933	70.983
Depreciação acumulada	-	(4.642)	(24.718)	(3.988)	-	(7.408)	(1.361)	(42.117)
Valor contábil	1.510	6.037	13.212	2.735	1.074	3.726	572	28.866
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.510	6.037	13.212	2.735	1.074	3.726	572	28.866
Aquisição	-	-	-	627	978	4.198	125	5.928
Depreciação	-	(542)	(886)	(296)	-	(2.533)	(174)	(4.431)
Baixa líquida	-	-	-	(12)	-	(1.023)	-	(1.035)
Transferências	-	-	-	16	-	-	(16)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.510	5.495	12.326	3.070	2.052	4.368	507	29.328
Custo total	1.510	10.679	37.930	7.322	2.052	14.309	2.042	75.844
Depreciação acumulada	-	(5.184)	(25.604)	(4.252)	-	(9.941)	(1.535)	(46.516)
Valor contábil	1.510	5.495	12.326	3.070	2.052	4.368	507	29.328
Taxas anuais de depreciação - %		4%	4%	10%	20%	10 à 33%	10 à 20%	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

## 11. Fornecedores

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fornecedores nacionais	1.448	1.367
Total	<u>1.448</u>	<u>1.367</u>

## 12. Arrendamento - Direito de uso

A Companhia adotou em 01 de janeiro de 2019, a contabilização dos Arrendamentos Mercantis de acordo com o CPC 06-R2.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	3.742	3.394
Adição	4.198	2.644
Juros do exercício	124	102
Pagamentos realizados	(3.672)	(2.398)
Passivo de arrendamento em 31 de dezembro	<u>4.392</u>	<u>3.742</u>
Circulante	2.729	2.320
Não Circulante	1.663	1.422

## 13. Obrigações tributárias

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
ICMS diferencial de alíquota	1.053	996
COFINS a recolher	204	359
IRRF a recolher	110	237
ISSQN a recolher	83	121
Parcelamentos tributos federais	51	111
Outras obrigações tributárias	64	118
Total	<u>1.565</u>	<u>1.942</u>
Obrigações tributárias - Passivo circulante	514	884
Obrigações tributárias - Passivo não circulante	1.051	1.058

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

## 14. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Provisão de férias e encargos	1.678	1.598
INSS a recolher	426	399
FGTS a recolher	161	120
Salários a pagar	17	79
Outras obrigações previdenciárias	12	12
Total	<u>2.294</u>	<u>2.208</u>

## 15. Provisão para perda de investimentos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Provisão para perda de investimentos a)	24.838	16.431
Total	<u>24.838</u>	<u>16.431</u>

- a) Refere-se ao investimento na "Center Trading S.A". Seus saldos contábeis são refletidos as equivalências patrimoniais e deduzidos de impairment quando aplicável.

## 16. Contingências e Depósitos judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza tributária, previdenciária, reclamações trabalhistas e processos cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu em 31 de dezembro de 2023, provisão para as causas com expectativa de perda considerada provável no valor de R\$ 8.931 mil (R\$ 8.244 mil em 2022).

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, sendo em 2023 R\$ 380 mil (R\$ 769 mil em 2022).

A Companhia tem processos em andamento de natureza tributária, trabalhista e cível nas esferas judicial e administrativa com probabilidade de perda possível, que representam demandas passivas no montante líquido estimado de R\$ 448.492 mil em 31 de dezembro de 2023. (R\$ 376.986 mil em 2022).

## 17. Patrimônio Líquido

## 17.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social é R\$ 205.547, representados por 4.794 ações ordinárias e 903 ações preferenciais (sem distinção entre classes "A" e "B"), todas nominativas.

As ações preferências não dão direito a voto, mas tem prioridade no caso de reembolso do capital sem prêmio.

## 17.2. Direitos das ações

As ações preferenciais não dão direito a voto, mas tem prioridade no caso de reembolso do capital sem prêmio tendo garantido, ainda, dividendos 10% superiores aos das ações ordinárias.

## 18. Receita dos serviços prestados

As receitas são representadas por serviços prestados de armazenagens e podem ser assim resumidas:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Serviços de armazenagem e resfriamento	59.688	71.771
(-) ISSQN	(1.261)	(1.481)
(-) PIS	(985)	(1.184)
(-) COFINS	(4.536)	(5.455)
(-) FUNDAP	-	(1.022)
Total	<u>52.906</u>	<u>62.629</u>

## 19. Custo dos serviços prestados

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários e encargos sociais	(22.133)	(20.724)
Gastos com materiais	(2.960)	(3.725)
Serviços terceiros	(2.083)	(5.397)
Outros custos	(15.052)	(14.592)
Total	<u>(42.228)</u>	<u>(44.438)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

## 20. Despesas administrativas e gerais

A composição das despesas gerais e administrativas está assim representada:

	2023	2022
Salários e encargos sociais (adm)	(7.409)	(5.934)
Serviços terceiros (adm)	(4.594)	(4.984)
Despesas com processos judiciais	(651)	(1.119)
Gastos com materiais (adm)	(418)	(149)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(212)	(602)
Perdas diversas	(56)	(1.952)
Depreciação direito de uso	4	(2.070)
Outros (adm)	(2.252)	(1.596)
<b>Total</b>	<b>(15.588)</b>	<b>(18.406)</b>

## 21. Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas

	2023	2022
Provisão para contingências	(2.249)	(1.150)
Reversão de provisões	1.796	3.012
Aluguéis	789	530
Outras receitas operacionais	509	494
Recuperação de despesas	162	608
Ganho na alienação de ativo permanente	-	148
Outras receitas/ (despesas) operacionais	17	(42)
<b>Total</b>	<b>1.024</b>	<b>3.600</b>

## 22. Receitas/(despesas) financeiras, líquidas

	2023	2022
<b>Receitas financeiras</b>		
Receita de aplicação financeira	16	17
Juros recebidos	9	105
Descontos obtidos	6	7
Outras receitas financeiras	6	-
	<b>37</b>	<b>129</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Descontos concedidos	(224)	(44)
Despesas bancárias	(28)	(42)
Despesas com juros	(14)	(26)
Outras despesas financeiras	(145)	(119)
	<b>(411)</b>	<b>(231)</b>
	<b>(374)</b>	<b>(102)</b>

## Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pela operação. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado foi elaborada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos e não possui quaisquer operações de "swap" ou similares. Em 31 de dezembro de 2023, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem dos valores contábeis destes, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

### Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa.

### Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencer, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

#### Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

#### Risco de cambial

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não estava sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia, porém ocasionalmente pode efetuar importação de materiais de consumo, tendo por base o Dólar Norte-americano (USD) e o Euro (€). Nestes casos, as taxas de câmbio são pactuadas no ato da compra.

#### Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes substancialmente atreladas às variações do CDI nas aplicações financeiras contratadas em reais e dos juros sobre empréstimos expostos às variações das taxas TJLP.

#### Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros em relação aos ativos e passivos financeiros, denominados em moeda funcional. Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475/08, é requerido que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado. Apresentamos abaixo os possíveis impactos no resultado e/ou nos fluxos de caixa futuros da Companhia.

#### 23. Cobertura de seguros (Não auditado)

A Companhia avalia a necessidade de contratação ou não de coberturas de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de exame pela auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

#### 24. Eventos subsequentes

Em 15 de dezembro de 2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico.

Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pelas empresas, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais.

A partir de 1º de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da empresa. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro.

A Companhia ainda está avaliando potenciais impactos nas suas operações a partir de 01 de janeiro de 2024.

Não ocorreram outros eventos subsequentes entre o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e a data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis que pudessem alterar as posições contábeis do balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

---

Ricardo Annes Guimarães  
Diretor

---

Vanilce dos Santos Oliveira  
Contador CRC 091.646/O-0